F.Ó.R.U.M

REVISTA DA **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS** DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO

NÚMERO **53** | ANO **18** | JUL + AGO + SET | **2018**

ATUAÇÃO ASSOCIATIVA GARANTE VITÓRIAS PARA A MAGISTRATURA

TJ-RJ É O MAIS PRODUTIVO DO BRASIL

Relatório do CNJ mostra que juízes do Rio estão no topo da produtividade pelo nono ano seguido

p.**10**

ENTREVISTA: JAIRO NICOLAU

Cientista político afirma que Lava-Jato foi fundamental para a mudança na política nacional

p.**26**

CHORO E JACOB DO BANDOLIM

Servidor do Tribunal de Justiça do Rio, Jacob do Bandolim foi um dos maiores chorões do país

p.**32**

AMAERJ

ESTIMADOS,

O país vive um período de mudanças. As eleições promoveram grandes transformações no Executivo e no Legislativo. Logo após o fim do pleito eleitoral, a AMAERJ se colocou à disposição dos eleitos para um diálogo construtivo sobre o Brasil e o Estado. Em 2019, a Associação continuará atuando de forma intensa no Rio de Janeiro e em Brasília como interlocutora da magistratura fluminense e em defesa do Judiciário.

Como vimos nos últimos anos, o trabalho de contato permanente com os parlamentares no Congresso e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) gera importantes vitórias para todos os magistrados. Esse é o caminho. Nesta legislatura, atravessamos um período turbulento de graves tentativas de enfraquecimento do Judiciário e, unidos, conseguimos manter direitos e prerrogativas fundamentais para a nossa independência. O trabalho continua. É preciso valorizar a magistratura.

Graças ao incansável trabalho associativo, conquistamos o reajuste do subsídio no Supremo Tribunal Federal. Agora, vamos atuar no Congresso para aprovar o aumento de 16,38%. Na Receita Federal, conseguimos que o auxílio-moradia não fosse tributado. O esforço conjunto das associações de todo o país foi fundamental para estas vitórias.

Em outubro, tive a honra de exercer a presidência interina da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). No período, reuni-me com os presidentes Dias Toffoli (STF e CNJ) e Rodrigo Maia (Câmara dos Deputados), para discutir os projetos que envolvem a magistratura.

Junto a representantes de diferentes associações, entreguei um documento a Rodrigo Maia com as reivindicações da classe para fortalecer o Judiciário. No encontro com o presidente do Supremo, ao lado de cerca de 40 lideranças femininas da Justiça brasileira, defendemos a presença de mais mulheres no Judiciário.

Em 12 de novembro, às 18h, premiaremos 19 defensores da dignidade humana. Convido todos para a cerimônia de entrega do 7º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, no Tribunal Pleno do TJ-RJ.

No âmbito esportivo e social, a AMAERJ receberá mais de 250 juízes de todo o país, em dezembro. O Rio sediará o 26º Campeonato Nacional de Futebol da AMB, na categoria Livre. Será mais uma oportunidade de promover a união e a confraternização da magistratura. Juntos somos mais fortes.

Renata Gil de Alcântara Videira
PRESIDENTE DA AMAERJ

FOTO: RICARDO BORGES

Caro leitor,

Entidades atuaram pela valorização

Mais do que nunca, a força associativa do Judiciário brasileiro fica demonstrada com a sequência de vitórias obtidas pela classe em embates institucionais desenvolvidos nos últimos meses. Esta edição de **FÓRUM** destaca o empenho das lideranças da magistratura e das instituições que comandam em questões pertinentes ao bem estar de desembargadores e juízes, como o auxílio-moradia, o extrateto, o reajuste do subsídio e o aperfeiçoamento profissional.

Quem é o magistrado brasileiro? A resposta está na reportagem que detalha o levantamento realizado este ano pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O "Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros – 2018" traz dados sobre faixa etária média, gênero, estado civil, raça e cor. Na próxima edição, apresentaremos a pesquisa da AMB "Quem somos? A magistratura que queremos".

Ainda na busca do perfil o mais preciso possível do magistrado brasileiro e a forma como atua, falamos nesta edição da pesquisa "Justiça em Números", também do CNJ. O relatório anual reúne informações coletadas em 90 tribunais. São as estatísticas oficiais do Judiciário brasileiro.

Em mais uma reportagem de destaque, mostramos a atuação de Renata Gil como presidente em exercício da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Ela é uma das dez indicadas à disputa do Diploma Mulher-Cidadã 2018, oferecido pela Câmara dos Deputados.

Na entrevista desta edição, o cientista político Jairo Nicolau discorre sobre o impacto da Operação Lava-Jato na recente eleição para a Presidência da República, governos estaduais e casas parlamentares. Para o especialista, professor da UFRJ, a eleição encerra um ciclo da história política brasileira. Nela, o eleitor demonstrou inconformismo quanto ao modo como se fazia política no Brasil – e reagiu nas urnas, escolhendo candidatos sem vinculação a políticos e partidos tradicionais.

Em setembro, o enviado especial de **FÓRUM** a o Distrito Federal acompanhou a posse do ministro José Antonio Dias Toffoli na Presidência do Supremo Tribunal Federal. Mais novo dentre os ministros da Corte Magna, Toffoli anunciou, ao discursar, a intenção de firmar parcerias estreitas com os tribunais e seus magistrados.

Publicamos nesta edição um artigo ao mesmo tempo atemporal e de reminiscências do autor, o ensaísta Marco Lucchesi, presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em tom emotivo, o imortal fala da infância, que "não passa nunca, desafiadora, como um velho álbum", e indaga: "Por que não nos lembramos do futuro?".

Gênero musical brasileiro, reduto de virtuoses, o choro é o tema de capa de Cariocando, espaço da **FÓRUM** dedicado a textos sobre cultura, turismo, esportes e literatura jurídica. A reportagem revela como funciona a Casa do Choro, instituição carioca que preserva e difunde tão genuína manifestação artística brasileira, e comemora os cem anos do gênio Jacob do Bandolim, que, em vida, dividiu seu cotidiano entre a música e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Jacob, poucos sabem, era serventuário concursado. Contamos ainda sobre os encantos dos países escandinavos e a disputa em dezembro de mais um campeonato nacional de futebol dos magistrados.

Esperamos que vocês apreciem nossa revista. ■

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Renata Gil

1º VICE-PRESIDENTE
André Gustavo Correa de Andrade

2º VICE-PRESIDENTE
Ricardo Alberto Pereira

SECRETÁRIA-GERAL
Eunice Bitencourt Haddad

1ª SECRETÁRIA
Marcia Alves Succi

2º SECRETÁRIO
Felipe Carvalho Gonçalves da Silva

1º TESOUREIRO
Luiz Alfredo Carvalho Junior

2º TESOUREIRO
João Felipe Nunes Ferreira Mourão

FÓRUM AMAERJ

EDITOR
Raphael Gomide

REDAÇÃO
Raphael Gomide, Diego Carvalho, Sergio Torres, Evelyn Soares e Matheus Salomão *(estagiário)*

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Andréa Miranda

DESIGN
Wallace Ferreira

CONTATO
revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO
Gráfica Mec

TIRAGEM
2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ
Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |
CEP 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315

FOTO: AMAERJ
FOTO DA CAPA: ALAN SANTOS/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

16

Associações de todo o país trabalharam intensamente no Supremo pela aprovação do reajuste da magistratura

3 **MENSAGEM DA PRESIDENTE**

4 **CARTA DO EDITOR**

6 **PALAVRAS AO VENTO**

8 **IMAGEM DA FÓRUM**

10 **O RAIO X DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

14 **AMAERJ EM MOVIMENTO**

16 **VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA**
Trabalho das associações no Congresso e no Supremo

19 **ARTIGO**
por **MARCO LUCCHESI**

20 **MAGISTRADOS SERÃO PARCEIROS DO STF, AVISA DIAS TOFFOLI**
"Sem magistratura independente não há democracia plena", disse Toffoli

22 **A FACE DA MAGISTRATURA BRASILEIRA**

24 **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AMB**

26 **ENTREVISTA**
Jairo Nicolau, cientista político e professor da UFRJ

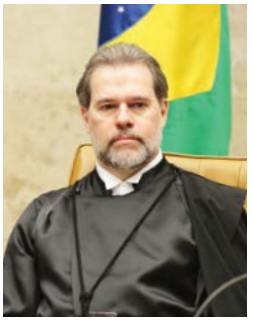
31 **CARIOCANDO**

32 » Cultura
Choro, a nobre música do Brasil

34 » Turismo
Turismo da paz e do frio na Escandinávia

36 » Esporte
Rio, a capital do futebol

38 » Estante
Sugestões de ótimos livros



FOTOS: AMB, STF, AMAERJ E REPRODUÇÃO

“Juízes fazem esforço hercúleo para colocar a Justiça em dia. Sem o Judiciário, a democracia seria uma falácia.”

João Otávio de Noronha, presidente do STJ

“O HOMEM É UMA BUSCA INDIVIDUAL DE SENTIDO NO ÂMBITO DE UM COSMOS DESTITUÍDO DE QUALQUER SENTIDO.”

Helio Jaguaribe, jurista e acadêmico da ABL, morto em 9 de setembro, aos 95 anos

“Nossos juízes trabalham muito, são dignos do ofício. É imperioso mostrar para a sociedade o trabalho dos magistrados.”

Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça

“O Brasil sofreu um dano irreversível em um de seus patrimônios mais valiosos. A Unesco lamenta a perda incalculável para a cultura, a ciência e a história natural em decorrência do incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro.”

Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em nota

“O juiz tem que escrever de uma forma que todos consigam entender. Sentença não é uma tese, uma obra de literatura, tem que ser concisa.”

Juiz português **José Mouraz Lopes**, em palestra na AMAERJ

“Em épocas de grande agitação, o dever do intelectual é manter-se calado, pois nestas ocasiões é preciso mentir, e o intelectual não tem esse direito.”

Filósofo **José Ortega y Gasset** (1883-1955)

“NÃO TEMOS DEMOCRACIA PLENA SEM UMA MAGISTRATURA NACIONAL, INDEPENDENTE E VALORIZADA. NÃO TEMOS DEMOCRACIA PLENA SE NÃO HOUVER JUÍZES QUE, COM CORAGEM E INDEPENDÊNCIA, DIGAM O QUE É A LEI.”

Dias Toffoli, no discurso de posse na presidência do STF e do CNJ

“Não existe nenhuma carreira sem desafio. Paz de espírito é em outro mundo, aqui nesta terra não há descanso.”

Fernanda Montenegro, atriz, homenageada no Grande Prêmio do Cinema Brasileiro

FOTOS: GLÁUCIO DETTMAR/CNJ, AGÊNCIA BRASIL E AMAERJ

FOTO: FELLIPE SAMPAIO/STF

IMAGEM DA FÓRUM

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) aprovaram a inclusão do reajuste de 16,38% do subsídio da magistratura na proposta de orçamento do Judiciário para 2019. As associações de magistrados de todo o país acompanharam a sessão administrativa do Supremo, em 8 de agosto, na capital federal

O RAIO X DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

'Justiça em Números' apresenta cenário do Judiciário brasileiro em 2017

por

EVELYN SOARES

Maria Tereza Sadek no lançamento do 14º Relatório "Justiça em Números"

Um olhar mais profundo sobre a Justiça no Brasil para pautar melhorias no presente e definir estratégias para o futuro. A proposta de longo prazo traçada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou há 14 anos, quando foi lançado o primeiro "Justiça em Números". O relatório, aperfeiçoado com o passar dos anos, foi divulgado no fim de agosto com as informações recolhidas em 2017 por 90 tribunais de todo o país – só o Supremo Tribunal Federal ficou de fora da análise.

O lançamento ocorreu durante a Reunião Preparatória para o 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Maria Tereza Sadek, à época diretora-executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, destacou a relevância do levantamento frente a outros sistemas judiciais no mundo.

"Poucos países conseguem dados com a extensão e o grau de transparência que o Poder Judiciário oferece", destacou ela.

O estudo, com 214 páginas é, desde 2004, a principal fonte das estatísticas oficiais do Judiciário. A regularidade da divulgação foi ressaltada pela responsável pela publicação. "Se compararmos com o Poder Executivo, por exemplo, o último censo do IBGE é de 2010. Todos os

LEIA O ESTUDO DO CNJ

Confira o "Justiça em Números" neste link:
https://bit.ly/2ROZMsn
ou

órgãos do Poder Judiciário estão sendo publicitados", comemorou Maria Tereza.

Há uma novidade este ano: a cartografia das comarcas. Com o intuito de mostrar a presença do Poder Judiciário nos Estados, foram elaborados indicadores de acesso à Justiça e da população atendida de forma gratuita.

Confira os principais dados do relatório "Justiça em Números" 2018.

GRANDIOSIDADE

A pesquisa é realizada em 90 tribunais brasileiros: os 27 tribunais de Justiça Estaduais (TJs), os cinco Regionais Federais (TRFs), os 24 Regionais do Trabalho (TRTs), os 27 Regionais Eleitorais (TREs) e os três de Justiça Militar Estaduais (TJMs). Somam-se a eles quatro tribunais superiores: o de Justiça (STJ), o do Trabalho (TST), o Eleitoral (TSE) e o Militar (STM).

O relatório mostra que o primeiro grau tem 15.398 unidades judiciárias, 20 a mais que em 2016. A maioria delas pertence à Justiça Estadual, que possui 10.035 varas e juizados especiais e 2.697 comarcas.

Outro dado mostra a capilaridade do Judiciário: 83,4% dos 208,5 milhões de habitantes do país moram em cidades com sede de comarcas da Justiça

FOTO: GIL FERREIRA/AG. CNJ

Estadual – ou seja, a Justiça se faz presente, especialmente em locais com grandes concentrações populacionais. Quase a metade dos 5.570 municípios brasileiros (48,4%) é sede da Justiça Estadual.

Para Maria Tereza, o fato de 83,4 % da população morar em sede de comarca representa "um índice alto e significativo do ponto de vista da distribuição e acesso à Justiça".

O Estado do Rio de Janeiro é a segunda Unidade da Federação em cobertura de serviços judiciais, atrás apenas do Distrito Federal (100%). Das 92 cidades, 81 são municípios-sede da Justiça. Há 631 unidades judiciárias em todo o Estado.

ALTA PERFORMANCE

Os juízes e desembargadores do Rio de Janeiro estão no topo da lista de produtividade do Brasil, pela nona vez consecutiva. De acordo com o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), cada magistrado baixou uma média de 3.321 casos.

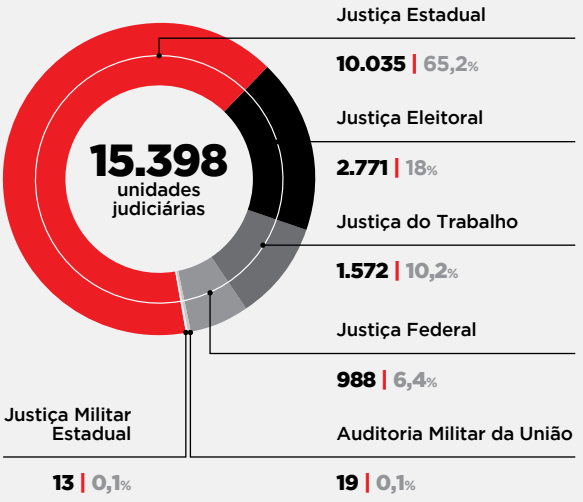
O indicador segue a série histórica, que tem crescido anualmente e aumentou 7,3% desde 2014. A média nacional de 2017 foi de 1.819 processos baixados por magistrado – 7,2 casos solucionados por dia útil do ano.

Com a alta resolução de processos, o TJ-RJ alcançou o número necessário para atingir o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus). O dado é a razão entre o desempenho de cada tribunal e o quanto ele deveria ter produzido para alcançar 100% de

RELATÓRIO "JUSTIÇA EM NÚMER

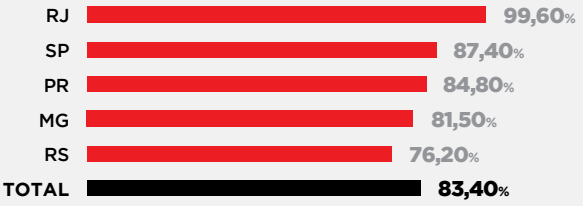
TAMANHO DAS ESFERAS JUDICIAIS

Unidades judiciárias de 1º grau, por ramo da Justiça



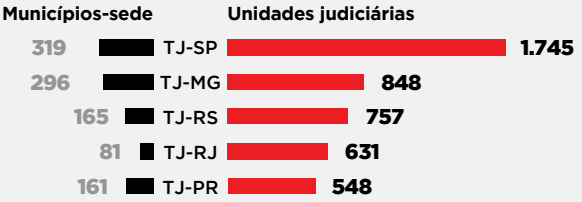
CAPILARIDADE JUDICIAL

Percentual da população residente em municípios-sede de comarca da Justiça Estadual



COBERTURA POR ESTADO

Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal



AMOSTRA NACIONAL

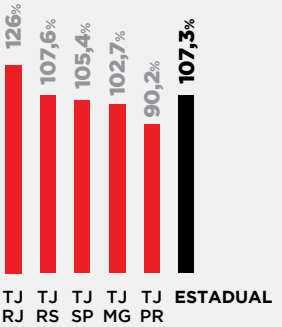
Quantidade de tribunais do País que participaram do levantamento

90
tribunais brasileiros

27 **TJs**
27 **TREs**
24 **TRTs**
5 **TRFs**
3 **TJMs**
4 **Tribunais Superiores**

RIO DE JANEIRO NA DIANTEIRA

Índice de atendimento à demanda por tribunal*

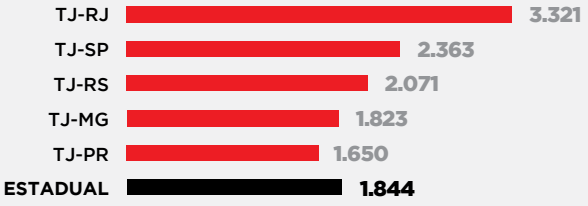


*Área administrativa incluída

OS" 2018

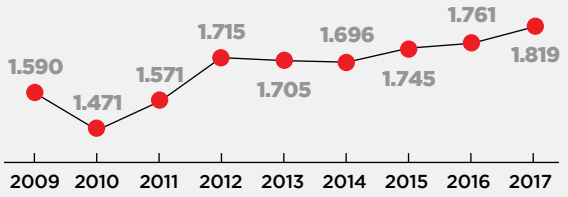
FLUMINENSES EM PRIMEIRO LUGAR

Índice de produtividade dos magistrados, por tribunal



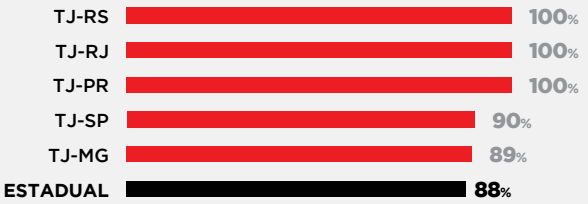
PRODUTIVIDADE EM ALTA

Série histórica do índice de produtividade dos magistrados



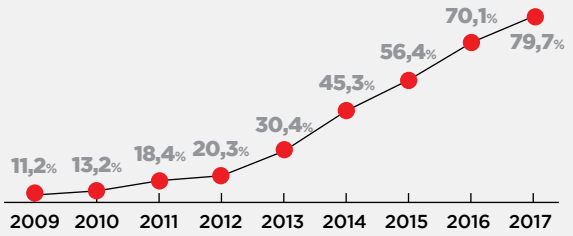
EFICIÊNCIA NO TRABALHO

Resultado do IPC-Jus por tribunal



JUSTIÇA VIRTUAL

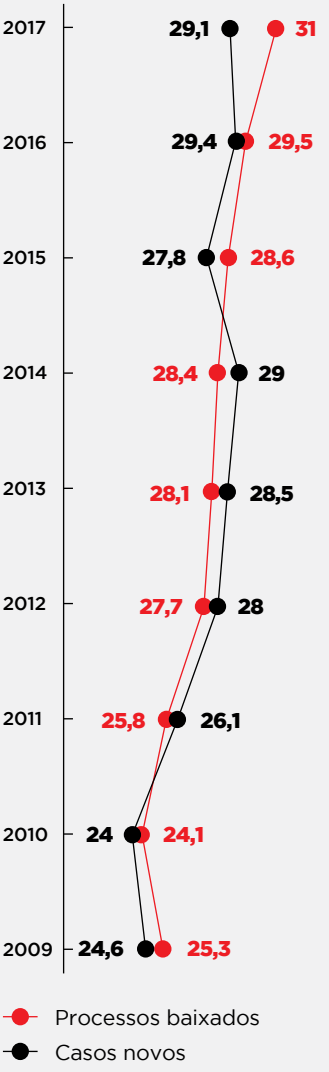
Série histórica do índice de processos eletrônicos



FLUXO DE PROCESSOS

Série histórica de casos novos e processos baixados

Em milhões



FONTE: DPJ/CNJ 2018

eficiência – o que o Rio alcançou no 1º grau, com Rio Grande do Sul e Paraná. Isso significa que, mesmo com 80,1% de taxa total de congestionamento (a média nacional é 70%), a eficiência da magistratura fluminense fez com que, comparativamente, caísse o volume de processos.

Os magistrados do Rio também encabeçam o ranking de atendimento à demanda. Enquanto a média nacional é de 107,3%, o Tribunal do Rio chegou a 126% no índice.

VIRTUALIZAÇÃO E ESTOQUE PROCESSUAIS

No ano passado, só um em cada cinco processos novos na Justiça era em papel. O percentual de processos eletrônicos atingiu uma nova taxa histórica, de 79,7% – cenário muito diferente dos 11,2% do início da série, em 2009. Desde então, foram protocolados no Poder Judiciário 88,4 milhões de casos novos em formato eletrônico.

Quanto ao estoque, 2017 foi o ano em que menos cresceu o número de processos, tendo havido grande auxílio da Justiça Estadual para a redução. Com um histórico de crescimento de 4% anuais, houve, no ano passado, aumento de apenas 0,4%.

Em 2017, ingressaram 29,1 milhões de processos e foram baixados 31 milhões. Em relação a 2016, houve redução de 1% nos casos novos e aumento de 5,2% nos casos solucionados. A tendência tem se mantido nas últimas três pesquisas. ■

TRABALHO ASSOCIATIVO GERA RESULTADOS

Atuação da AMAERJ em Brasília e no Rio garante vitórias para a magistratura

por **DIEGO CARVALHO**

Representantes das associações de magistrados se reuniram com o secretário da Receita, em Brasília

AUXÍLIO-MORADIA

A presidente da AMAERJ e vice Institucional da AMB, Renata Gil, participou de reunião na Receita Federal, em 20 de setembro, sobre a eventual retificação do Imposto de Renda (IR) em razão do auxílio-moradia pago a magistrados. No encontro, a Receita decidiu tornar sem efeito as notificações encaminhadas a magistrados de todo o país sobre valores recebidos como auxílio-moradia. A verba não será tributada. O encontro reuniu lideranças associativas e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

EXTRATETO

Por falta de quórum, a Comissão do Extrateto (PL 6.726/16), da Câmara dos Deputados, cancelou a reunião que aconteceria em agosto. A ação foi resultado do intenso trabalho da presidente da AMAERJ, Renata Gil, e de associações dos magistrados e do Ministério Público junto aos parlamentares. A AMAERJ defende mudanças na proposta, por entender que o substitutivo apresentado pelo relator Rubens Bueno (PPS-PR) tem inconsistências, como o tratamento diferenciado entre magistrados e parlamentares.

Bruno Hazan (APERJ), deputado Benito Gama (PTB/BA), Renata Gil e Luciano Mattos (AMPERJ)

Central de Audiência de Custódia fica em Benfica, na Zona Norte

REQUERIMENTO DEFERIDO

O TJ-RJ abriu, em agosto, edital para a atuação conjunta de sete magistrados nos plantões Judiciário Noturno e do Sistema de Audiência de Custódia, de setembro a dezembro. A publicação atendeu a pedido da AMAERJ. Além de trabalhar no Plantão Noturno, os magistrados passaram a atuar em sistema de rodízio no Plantão do Sistema de Audiência de Custódia, em fins de semana e feriados.

Projeto foi apresentado pelo prefeito de Niterói e discutido com os magistrados da região em 31 de julho

PLANO DE SEGURANÇA

O Pacto Niterói contra Violência, projeto de segurança pública da prefeitura niteroiense, foi apresentado à presidente da AMAERJ, Renata Gil, e aos juízes da região no Centro da Memória Judiciária de Niterói. Os magistrados fizeram observações e sugestões ao prefeito Rodrigo Neves (PDT). O objetivo do projeto é engajar a prefeitura, o Judiciário, os órgãos de segurança municipal, o setor privado, a sociedade civil organizada e especialistas na promoção de ações preventivas na área de segurança.

PRÊMIO

A 7ª edição do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos bateu o recorde histórico de inscritos: 355 trabalhos. Das quatro categorias, a que recebeu maior número de inscrições foi Reportagens Jornalísticas, com 221 matérias, seguida por Trabalhos Acadêmicos (84 teses), Práticas Humanísticas (39 ações) e Trabalhos dos Magistrados (11 projetos). O número de inscritos deste ano superou as edições de 2014 (240 inscritos) e 2017 (224). A cerimônia de premiação será em 12 de novembro, às 18h, no Tribunal Pleno do TJ-RJ.

Premiação foi lançada em 6 de agosto, na sede da AMAERJ. Prazo de inscrições terminou em setembro

Nuno Ataíde, presidente do Tribunal da Relação do Porto, e Renata Gil, presidente da AMAERJ

INTERCÂMBIO JURÍDICO

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, participou em setembro do 2º Seminário de Cooperação Luso-Brasileiro: a Interface Jurídica Brasil-Portugal, no Porto, em Portugal. Na abertura do evento, ela apresentou dados sobre a colaboração das Justiças dos dois países, falando sobre a influência do Código Civil português no brasileiro e na questão dos precedentes. Promovido pelo Instituto Jurídico Luso-Brasileiro, o encontro reuniu sete ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

FOTOS: AMB E AMAERJ

AMB, AMAERJ e demais associações dos magistrados de todo o país acompanharam a sessão administrativa do Supremo, em Brasília; os ministros aprovaram o reajuste de 16,38% do subsídio da categoria

VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

Reajuste do subsídio é aprovado depois de trabalho das associações no Congresso e no Supremo

por **DIEGO CARVALHO**

Foram dias, meses e anos de trabalho duro. Desde 2016, as associações de magistrados promoveram manifestações, participaram de sessões no Congresso e se reuniram com ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e parlamentares em prol da valorização da magistratura. Apesar das dificuldades originárias do momento político conturbado e das tentativas de enfraquecimento do Judiciário, a proposta de reajuste de 16,38% do subsídio da categoria foi aprovada, em 8 de agosto, em sessão administrativa do STF.

O intenso trabalho de interlocução da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), da AMAERJ e de outras associações foi fundamental para que o reajuste fizesse parte da proposta de orçamento do Judiciário para 2019.

Até a recomposição financeira dos magistrados constar do texto, muitos

obstáculos foram vencidos. Aprovada pela Câmara dos Deputados em junho de 2016, a proposta de reajuste não chegou à votação no Senado. Desde então, as associações intensificaram a defesa da valorização da classe, sem reajuste há quatro anos.

Em agosto de 2016, a AMAERJ participou de ato que a Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público) promoveu pelo fortalecimento do Judiciário no Congresso e no STF. Magistrados e promotores entregaram ao então presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, documento com a reivindicação de recomposição salarial.

Ao longo de 2017, representantes das associações se reuniram com ministros do Supremo para manifestar a preocupação da magistratura e dos membros do MP com a falta de reajustes. Mas, em reunião administrativa em agosto do ano passado, o STF aprovou o orçamento de 2018 sem incluir o reajuste do subsídio.

MANIFESTAÇÃO

Unidos pela valorização e defesa da magistratura e do Ministério Público, 800 magistrados e membros do MP de todo o país foram ao STF e à Câmara em 1º de fevereiro deste ano. Os presidentes de associações nacionais e da AMAERJ, Renata Gil, entregaram à então presidente do Supremo, Cármen Lúcia, e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a Carta pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público, com 18 mil assinaturas.

Entre outros pontos, o documento tratou da ausência da revisão anual de subsídios. O Rio de Janeiro esteve presente ao ato, representado por uma comitiva da AMAERJ e pela presidente da associação e vice Institucional da AMB, Renata Gil.

"Foi muito significativo diante do grande volume de juízes presentes em Brasília e de assinaturas coletadas: 18 mil. A valorização da carreira foi o tema

REAJUSTE DO SUBSÍDIO

2016

1/6
Câmara aprova reajuste do subsídio

8/8
Ato da Frentas pelo fortalecimento do Judiciário

8/9
Senado adia a votação do reajuste por tempo indeterminado

AMB e AMAERJ se reúnem com o ministro Marco Aurélio Mello

Associações acompanham a votação da LDO no Congresso

2017

Reuniões de representantes das associações com ministros do STF

9/8
STF aprova o orçamento de 2018 sem reajuste

Representantes da Frentas e a ministra Rosa Weber no STF

Centenas de juízes e promotores participaram do ato da Frentas

2018

1/2
Ato da Frentas pela valorização das categorias reúne 800 magistrados e membros do MP no Congresso e no STF

11/7
Depois de atuação da AMAERJ e da AMB, a LDO é aprovada sem vedação ao reajuste salarial

Julho a agosto
Jayme de Oliveira e Renata Gil se reúnem com ministros do STF

8/8
STF aprova a inclusão de reajuste dos magistrados em proposta orçamentária

FOTOS: FELLIPE SAMPAIO/STF E AMB

1

2

1. Magistrados estiveram na Receita Federal para tratar do auxílio-moradia
2. Frentas entregou carta com 18 mil assinaturas à ministra Cármen Lúcia

principal do ato. A participação de magistrados de todo o país expressa a grande apreensão pela qual passa o Judiciário brasileiro", disse Renata Gil à época.

VITÓRIAS NO CONGRESSO E NO STF

Em seguida, AMAERJ e AMB trabalharam para garantir o reajuste na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). As associações atuaram por meio da formulação de destaques dos parlamentares na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário.

Em 11 de julho, após a firme ação das associações, o Congresso Nacional aprovou a LDO para 2019 sem vetar o reajuste salarial dos servidores públicos. "Foi uma grande vitória do Judiciário", destacou Renata Gil, que acompanhou a votação em plenário.

Com a liberação do Parlamento, a questão foi pautada pelo STF para agosto. Nos dias anteriores à votação, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, e Renata Gil visitaram todos os ministros da Corte a fim de explicar a necessidade de recomposição salarial.

Na sessão, votaram pelo reajuste os ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. Cármen Lúcia, Celso de Mello, Rosa Weber e Edson Fachin foram contra.

"É uma vitória importante, principalmente para os aposentados, no intuito de igualar a carreira da magistratura, que é única. Vencemos a segunda das três importantes batalhas com relação ao reajuste do subsídio. Ganhamos na questão da LDO, em que havia uma vedação ao reajuste. Teremos agora a etapa da aprovação no Congresso Nacional", afirmou a presidente da AMAERJ, acrescentando que as associações continuarão trabalhando firmemente no Congresso pela valorização da classe.

> "O REAJUSTE É UMA VITÓRIA IMPORTANTE, PRINCIPALMENTE PARA OS APOSENTADOS",
>
> **RENATA GIL,** Presidente da AMAERJ

AUXÍLIO-MORADIA

Outra conquista das associações foi a não-tributação do auxílio-moradia. Em setembro, magistrados de todo o país receberam notificação da Receita Federal sobre a necessidade de eventual retificação do Imposto de Renda (IR) em razão do auxílio-moradia. Ao enviar a notificação, a Receita não considerou o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), homologado pela Presidência da República, sobre o caráter indenizatório da verba.

Para solucionar o impasse, a AMB, a AMAERJ e a Frentas se reuniram com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em 20 de setembro. Convencida, a Receita tornou sem efeito as notificações encaminhadas a magistrados.

As vitórias em questões fundamentais para a valorização da categoria demonstram que a união da magistratura é muito importante para encarar os desafios que o Judiciário enfrenta. Em Brasília, as associações também atuam, entre outros projetos, em defesa do VTM (Valorização por Tempo na Magistratura e Ministério Público) e contra o Extrateto. ■

FOTOS: AMB

INFÂNCIA DE POETA

‘A infância não passa nunca, desafiadora, como um velho álbum, que, de quando em quando, é preciso rever’

POR

MARCO LUCCHESI

PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL), MARCO LUCCHESI É POETA, ESCRITOR E ENSAÍSTA

O mundo como espanto e admiração é a nossa primeira experiência com o ambiente que nos cerca. A voz da mãe, tão viva e contundente na memória ilumina partes secretas do labirinto de que somos feitos. Uma fina membrana nos separa da vida. Agrega e separa, como um sonho fugaz.

A infância profunda é um naufrágio delicado. O barco segue oculto no seio do mar primordial. Boiam alguns fragmentos, ideias rarefeitas, sentimentos em estado selvagem, antes da organização das palavras, da forma de entender o mar e de saber quem somos.

É certo que a infância não passa nunca, desafiadora, como um velho álbum, que, de quando em quando, é preciso rever, com tantas pessoas nas fotos, cujo nome ignoramos, se estão vivos ou não. Boa parte deixou de ser. A infância é um álbum povoado de fantasmas, para os adultos, cujas fotos manuseiam, emocionados ou indiferentes.

Mas a infância do poeta não passa. A poesia é o estado permanente daquele menino impossível, de Jorge de Lima, cercado de brinquedos ou versos cheios de mistério e luz. O brincar como ensaio do que estávamos construindo para nós.

Desenho a locação das nuvens, condensadas ao longo de zonas celestes, distantes para os olhos de agora e de ontem, que desde cedo me deslumbram.

Minha infância incerta no mês de julho no Rio, com seus dias breves, feridos por uma espessa camada de melancolia, ainda mais sentida nos subúrbios da Leopoldina, sinuosa, como a linha de trem que avança nas entranhas fluminenses.

Como alcançar as feridas da memória, que chego apenas a sentir, quase impalpável, dor que a tudo se mostra rebelde e insubmissa nos primeiros anos?

Sob o líquido coral de nuvens, passa um menino, perdido, com seu cãozinho branco nos quintais. Seus olhos fosfatados de inocência trazem largas parcelas de futuro, como se estivesse ao abrigo dos deuses ferozes do mundo, dentro de uma esfera de pura vertigem. Inventa e sonha a linha do horizonte. Talvez fosse incluir um canário amarelo, com a gaiola, na parte dos fundos da casa, na pequena e infinita varanda, um cachorrinho branco, saltitante. Uma casa verde, cheia de bichos como a Arca de Noé.

No fim do mundo, posso apostar, “alguma coisa escapa do naufrágio das ilusões” e verei todos os meus animais.

Uma narrativa ou memória sem quantidade, feita de sentimentos dispersos é quanto me resta. Mas, e se tudo não passa de mera intuição, vida provisória, potência que se afoga no vazio das palavras? Será apenas um salto no silêncio, a volta para a infância, algo que se nutre do nada em que se apoia e brilha, fugaz como um raio: sentimento que de súbito se exaure, na vida adulta, como num piscar de olhos?

Ao longe, e a muitos quintais de distância, reconheço uma farmácia. Não lembro como se chamava, onde se lia, em letras redondas, na vitrine, “agradecemos a preferência, volte sempre”.

Tão obscura me parece a relação do menino com as nuvens e os remédios da farmácia. Um fio da memória esgarçado em muitos pontos que deviam, mas não sabem, fazer um único nó.

Porque, a essa altura, o cachorro branco fugiu da coleira e perdeu-se. O menino deixou o quintal em busca de outros, mais incertos. A farmácia baixou as portas e não sei onde buscar novos remédios. Como dizer uma história sem progressão? Fechada para o mundo como se a névoa lhe impedisse o passado.

Essa rememoração tem algo do canário que a tanto mundo não se atreve. Para Kafka, uma gaiola saiu para buscar um pássaro. Amarelo talvez, como aquele do menino, cujo canto dissipou-se na partitura dos dias.

Indago tão-somente a densidade das nuvens e a rarefação da história, que se passa no mês de julho, nos subúrbios do Rio e que reúne, sem motivos claros, a infância de um menino, o quintal onde armou alguns sonhos e as portas baixas da farmácia.

Um físico pergunta: Por que não nos lembramos do futuro? ■

FOTO: GUILHERME GONÇALVES/ARQUIVO ABL

1

Magistrados serão parceiros do STF, avisa Dias Toffoli

Ao discursar, presidente diz que sem 'magistratura independente' não há 'democracia plena'

por **SERGIO TORRES**

Aos 50 anos, mais novo ministro a assumir o cargo, José Antonio Dias Toffoli é, desde 13 de setembro, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na posse, ele avisou à magistratura: trabalhará em parceria "com os juízes e os tribunais, os quais levam a Justiça até os confins da Nação brasileira".

No discurso de uma hora, Toffoli discorreu, de maneira direta, sobre o papel do Judiciário e de seus profissionais no conturbado momento político nacional.

"Não temos democracia plena sem uma magistratura nacional, independente e valorizada. Não temos democracia plena se não houver juízes que, com coragem e independência, digam o que é a lei e o Direito", disse o novo presidente do STF, eleito pelo colegiado da mais alta Corte nacional.

Nos meios de comunicação, da fala de

1. O novo presidente na cerimônia de posse; **2.** Raquel Dodge, Eunício de Oliveira, Toffoli, Michel Temer, Rodrigo Maia e Claudio Lamachia, presidente da OAB; **3.** Cerimônia lotou o plenário do STF, em Brasília

Toffoli, o que mais sobressaiu foi o compromisso assumido por ele de trabalhar pelo surgimento de um pacto nacional a ser firmado pelos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

Os Poderes são "parceiros no compromisso e no dever de construir, no Brasil, uma sociedade mais livre, justa e solidária", afirmou Toffoli, dirigindo-se ao presidente da República, Michel Temer, e aos presidentes do Senado, Eunício de Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, companheiros na mesa de autoridades.

"A harmonia e o respeito mútuo entre os Poderes da República são mandamentos constitucionais. Não somos mais nem menos que os outros Poderes. Com eles e ao lado deles, harmoniosamente, servimos à Nação brasileira", disse.

Ao discursar, o presidente do STF apontou a segurança jurídica como o desafio atual do Judiciário e deixou claro que a diversidade, uma exigência do Brasil atual, existe na magistratura e nos tribunais.

"Plurais são e devem ser os tribunais, com a natural convivência, em seu seio, de juízes com concepções de mundo e de Direito diversas", afirmou.

De acordo com Toffoli, a Justiça precisa ser "mais próxima do cidadão e da realidade social, mais acessível, com novos atores, novas agendas, novas redes e canais de comunicação".

"Que todos – independentemente de profissão, gênero, cor, crença, ideologia política e partidária, classe social – estejamos juntos na construção de um Brasil mais tolerante, mais solidário e mais aberto ao diálogo. Afinal, fomos forjados na heterogeneidade de nosso povo, de nossos costumes, de nossas tradições, ideias e sentimentos. Diferentes? Sim! Mas unidos por um sentimento de brasilidade 'quase espiritual', transcendente", finalizou.

O presidente do STF se emocionou duas vezes ao longo da solenidade. Na primeira, ao comentar o elogioso discurso de apresentação proferido na abertura da posse pelo ministro Luís Roberto Barroso, colega no Supremo. Na segunda, ao falar da família, especialmente do irmão caçula, portador de Síndrome de Down. Ao ser citado, José Eduardo, o Duda, foi até a mesa cumprimentar, entre aplausos, o irmão que acabava de assumir a Supremo Tribunal Federal.

Toffoli recebeu o cargo de sua antecessora, a ministra Cármen Lúcia, a quem agradeceu pela amizade e apoio. O plenário do STF lotou com a presença de governadores, senadores, deputados, prefeitos, ex-ministros do STF, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), advogados, representantes do Ministério Público Federal e das procuradorias estaduais.

O movimento associativo esteve representado, entre outros dirigentes, pelo presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Jayme de Oliveira, e pela presidente da AMAERJ (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro) e vice-presidente Institucional da AMB, Renata Gil.

"O ministro Dias Toffoli é um verdadeiro estadista. Ele tem forte base humanista e conhece bem as instituições da República. Sou testemunha de seu trabalho de proteção ao Poder Judiciário, quando resolveu de forma serena e diligente o problema do repasse dos duodécimos constitucionais do Rio de Janeiro. A magistratura está confiante de que será um verdadeiro líder", declarou a presidente da AMAERJ. ■

FOTOS: DIVULGAÇÃO E ALAN SANTOS/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A face da magistratura brasileira

CNJ apresenta perfil sociodemográfico dos magistrados

Mais de 200 magistrados do Rio em ato em Defesa da Independência do Judiciário, em 2016

por **EVELYN SOARES**

Homem branco, casado, pai e católico: este é o perfil dos magistrados brasileiros, de acordo com o levantamento de 2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O "Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros - 2018" foi criado a partir das informações prestadas por 11.348 magistrados – 62,5% do total de 18.168 juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores.

Os magistrados responderam a 28 perguntas entre 9 de abril e 30 de maio deste ano. As perguntas, elaboradas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, englobavam questões relacionadas a idade, gênero, estado civil, raça e cor.

Na divulgação da pesquisa, em setembro, a então diretora-executiva do DPJ, Maria Tereza Sadek, falou sobre sua relevância: "Sabendo agora quem são os juízes, saberemos quem são as pessoas que atuam no Poder Judiciário. Com essas informações, teremos um retrato mais fiel desse Poder da República e fundamentos para políticas que fortaleçam a magistratura".

PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIAL

A média de idade do magistrado brasileiro é de 47 anos. Na Justiça Estadual, 40% dos juízes e desembargadores têm entre 35 e 45 anos. Só 10% deles têm menos de 34 anos. Os resultados seguem o percentual nacional para essas faixas etárias. Ainda na Justiça Estadual, 29% têm entre 46 e 55 anos e 22%, mais de 56 anos.

Do total, 80% são casados ou mantêm união estável (86% dos homens e 72% das mulheres). Os solteiros correspondem a 10% dos magistrados do país, seguidos dos divorciados ou separados (9%) e dos viúvos (1%).

A pesquisa do CNJ mostrou que 78% da magistratura brasileira têm filhos (74% das mulheres e 81% dos homens). As mulheres e os homens da Justiça Estadual têm, em média, dois filhos. A seguir, 25% das magistradas têm um filho – o mesmo percentual se aplica às que não têm filhos. Já 20% dos magistrados têm um filho e 18%, nenhum.

Quanto à religião, a maioria (57,5%) informou ser católica. Em segundo lugar, vêm os sem religião (18,2), os espíritas/kardecistas (12,7%), os evangélicos tradicionais (6,2%) e os pentecostais (2,5%). Os seguidores do candomblé ou da umbanda correspondem a 0,6%. Os de origem judaica, 0,4%.

O perfil étnico-racial também foi definido na pesquisa. A maioria se declara branca (80,3%). A

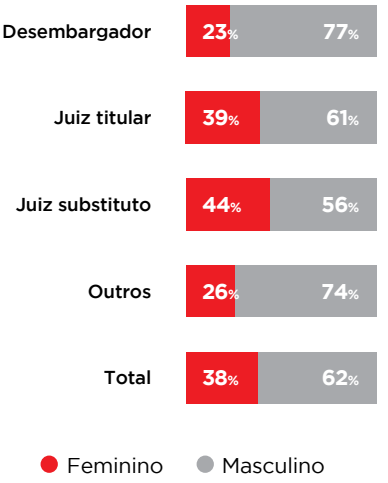
VEJA O RELATÓRIO NA ÍNTEGRA

Acesse o Perfil Sociodemográfico dos Magistrados neste link: *https://bit.ly/2QlQGoS* ou

FOTO: ANTÔNIO LACERDA

HOMENS E MULHERES POR CARGO

Sexo de acordo com posição na carreira



FONTE: DPJ/CNJ 2018

seguir, aparecem os negros, com 18,1% (16,5% pardos e 1,6% pretos), e os de origem asiática (amarelos), com 1,6%. Apenas 11 magistrados em todo o país se declararam indígenas. No Rio de Janeiro, 89% dos magistrados se declararam brancos, seguidos de 10% de pretos/pardos e 1% de indígenas/amarelos.

O estudo aponta que 26% dos magistrados informaram ter nascido em São Paulo. A seguir, aparece Minas Gerais com 9%. Os fluminenses vêm empatados com gaúchos e paranaenses em 3º lugar (8%).

PRESENÇA FEMININA

O número de mulheres no Judiciário brasileiro aumentou em relação ao último levantamento, o "Censo do Poder Judiciário", de 2013. Naquele ano, elas representavam 35,9% do total de magistrados no Brasil. Na pesquisa deste ano, o percentual subiu para 38%.

Na Justiça Estadual, o número caiu em relação a 2010. As mulheres eram 23% antes dos anos 90. Em dois períodos (1991-2000 e 2001-2010), o percentual se manteve estável, em 40%. Depois de 2011, caiu para 36%.

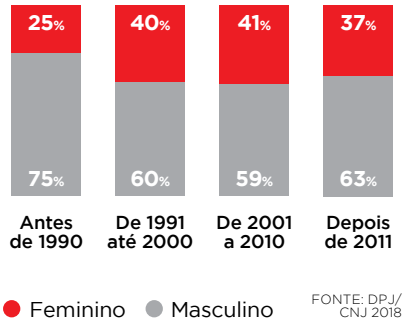
A posição na carreira é outro fator que chama a atenção, pois a maioria das mulheres (44%) ocupa o cargo de substituto. Elas correspondem a somente 23% dos desembargadores.

Para a diretora-executiva do DPJ, os dados sobre a presença feminina na magistratura brasileira têm que ser estudados. "É possível que haja uma dose de preconceito, já que, para entrar, mulheres e homens competem por meio de provas. No entanto, algumas progressões dependem de indicações. Mas não creio que seja só isso. As mulheres ainda têm muitas atribuições domésticas, e isso gera impacto profissional. De qualquer forma, é um dado que precisa ser estudado, já que não fomos a fundo em relação aos motivos dessa diferença, que pode ser observada também em outras carreiras", disse Maria Tereza.

Esta foi a segunda vez que o CNJ desenvolveu a pesquisa. O "Censo do Judiciário", em 2013, foi o primeiro formulário a abranger o aspecto social dos magistrados. À época, 64,2% deles responderam ao questionário disponível no site do CNJ. O próximo Censo do Judiciário será realizado em 2020. ■

ENTRADA NA CARREIRA

Percentual de homens e mulheres, conforme o ano de ingresso na magistratura



FONTE: DPJ/CNJ 2018

Renata Gil e representantes de associações se reuniram com Rodrigo Maia na AMB

Presidente em exercício da AMB

Dirigente da AMAERJ substituiu Jayme de Oliveira por 13 dias; Ela concorre a premiação da Câmara dos Deputados

por **RAPHAEL GOMIDE**

Os últimos meses foram movimentados para a presidente da AMAERJ e vice institucional da AMB, Renata Gil. Presidente em exercício da AMB por 13 dias em outubro, Renata Gil imprimiu um ritmo intenso de eventos e reuniões com autoridades dos Poderes Judiciário e Legislativo para tratar das pautas da magistratura.

No período de 10 a 22 de outubro, a presidente em exercício da AMB se encontrou em Brasília com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), José Dias Toffoli e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), além do corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, do STJ. O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, cumpria agenda internacional em Portugal e Marrocos. Ele participou do encontro da União Internacional dos Magistrados (UIM).

Renata Gil também promoveu reuniões com dirigentes associativos da magistratura e representantes da Frentas-Rio (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro). A presidente em exercício da AMB se encontrou ainda com o general Tomás Paiva, chefe de gabinete do comando do Exército.

Em almoço com lideranças femininas da magistratura brasileira, o presidente do STF afirmou que a atuação das mulheres no Judiciário é fundamental para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Com o corregedor nacional de Justiça, Renata tratou dos desafios da magistratura e sugeriu que o CNJ estreite relações com os magistrados, especialmente os de primeiro grau que encontram situações adversas para exercer a função jurisdicional, dando-lhes garantias.

Como presidente em exercício, fez ainda visita institucional ao TJ-MG e se reuniu com os ministros do STJ Luis Felipe Salomão e Antonio Saldanha, os pesquisadores da PUC para analisar dados coletados e o calendário de divulgação da pesquisa da AMB "Quem somos? A Magistratura que queremos".

Nesse período, a AMB divulgou nota sobre o fato de a Corregedoria Nacional de Justiça instaurar pedidos de providências sobre manifestações de juízes de diversos estados do País. A entidade acompanhará os casos de perto, atuando de forma intransigente na defesa dos direitos e prerrogativas dos magistrados brasileiros. Renata Gil representou a AMB na reunião que escolheu as práticas vencedoras do 15º Prêmio Innovare, que tem como objetivo

FOTO: AMAERJ

identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil.

DIPLOMA MULHER CIDADÃ 2018

Renata Gil é uma das finalistas ao Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós 2018, da Câmara dos Deputados. Dez candidatas foram indicadas ao prêmio, entre elas a vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em março no Rio. Os membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara anunciarão as cinco vencedoras em 7 de novembro, e a entrega da premiação será dia 29, no Congresso.

O prêmio é destinado a mulheres cujas ações tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, a defesa dos direitos da mulher e as questões de gênero no Brasil. A presidente da AMAERJ foi indicada pela deputada Laura Carneiro (DEM/RJ). Juíza há 20 anos, Renata Gil é a primeira mulher, já no segundo mandato consecutivo, a presidir a AMAERJ.

A Câmara dos Deputados já agraciou 35 mulheres, entre elas a ex-presidente do STF Ellen Gracie e Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança. Carlota Pereira de Queirós (1892-1982) foi a primeira mulher eleita deputada federal por São Paulo, em 1934. ■

'O Ideal é real' no país todo

Concebido pelo juiz Sérgio Ribeiro (diretor de Direitos Humanos e Proteção Integral da AMAERJ) e criado no Rio em 2017, o projeto "O Ideal é Real – Adoções Necessárias" será estendido para os tribunais de todo o país, com o apoio do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), da Câmara dos Deputados e dos Ministérios do Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos.

Cerca de 5.000 crianças e adolescentes estão aptas para adoção no país, e há 41 mil pessoas habilitadas para adotar atualmente. Apesar disso, a conta não fecha porque a maioria dos casais quer o mesmo perfil de criança – bebê, saudável e sem irmãos. Para estimular as adoções necessárias, a AMB e a AMAERJ lançaram nacionalmente a campanha em agosto na Câmara dos Deputados, em Brasília.

"É possível zerar a fila de adoção no país, basta que 12% dos habilitados mudem o perfil. De um lado, existem casais que idealizam uma criança, do outro lado, estão as crianças reais. Nosso trabalho é juntá-los." O objetivo do 'O Ideal é Real' é promover o encontro das crianças e adolescentes com os pretendentes da adoção. Segundo Ribeiro, muitas adoções foram concluídas após este contato. "As adoções necessárias dependem de um encontro. O Judiciário precisa proporcionar este contato."

Sem tempo?
Nós vamos até você!
ÓTICA OCCHIALI 2002
Atendimento personalizado
Descontos para os Associados AMAERJ
Av. Nilo Peçanha, 50 - Sala 2002 - Centro - RJ
Tel.: 21 2297 9000 | 21 98502 3931 | www.occhiali2002.com.br

“Operação Lava-Jato destruiu o sistema partidário anterior”

Jairo Nicolau é cientista político e professor da UFRJ

por **DIEGO CARVALHO, RAPHAEL GOMIDE E SERGIO TORRES**

A eleição marcou o fim de um ciclo político brasileiro. Esta é a constatação do cientista político Jairo Nicolau, 54 anos, especialista em sistemas eleitorais e professor titular do Departamento de Ciência Política da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ele considera que os reflexos da Operação Lava-Jato foram fundamentais para a mudança. “A crise de confiança da sociedade em relação à política tem a ver com a Lava-Jato e a prisão de lideranças importantes. Esses acontecimentos foram minando a confiança dos eleitores nos partidos tradicionais e nos políticos mais conhecidos”, afirmou o especialista, em entrevista à **FÓRUM**. Autor dos livros “História do voto no Brasil” (2002) e “Sistemas eleitorais” (2012), Nicolau sustenta que a democracia brasileira não corre risco, mas alerta para o acirramento político no país. “Minha preocupação para 2019 é de um período de muita instabilidade, esgarçamento das relações sociais e conflitos entre grupos.”

FÓRUM: Quais as particularidades das eleições deste ano?

JAIRO NICOLAU: São três aspectos relevantes: a ascensão do bolsonarismo, o surgimento do nada de um partido de extrema direita no país e o fim de um ciclo de governança da política brasileira que vigorou por 20 anos. Acabou a era PT x PSDB e o MDB chegou ao fim. Este trio comandou a política nacional desde 1994, e perdeu completamente agora. O PT foi muito mal no Sul e no Sudeste, vai ter que fazer uma reflexão do papel que ocupará no país. A eleição marcou o fim de um sistema partidário. Esta é a grande novidade e legado desta disputa.

FOTO: LAYCER TOMAZ/CÂMARA

‘Acabou a era PT X PSDB e o MDB chegou ao fim’

FÓRUM: O resultado das eleições foi surpreendente?

NICOLAU: A surpresa tem a ver com a nossa expectativa. No Rio, a votação do Wilson Witzel foi uma surpresa para todos, inclusive para ele. Nacionalmente, no final do primeiro semestre, já sabíamos que havia a possibilidade do Bolsonaro passar para o 2º turno com um dos outros candidatos. A grande surpresa foi a força com que ele passou. Não estava esperando a velocidade com que o Bolsonaro conquistou o eleitor do PSDB tradicional, mais moderado, de centro-direita. A forte migração para apoiar o Bolsonaro aconteceu já no 1º turno.

FÓRUM: O resultado é um reflexo das manifestações de 2013?

NICOLAU: Acredito que não. O momento para se expressar politicamente foi nas eleições de 2014. E nada aconteceu. Há uma supervalorização daqueles eventos. Tiveram um efeito claro de reforçar um sentimento antipolítica, mas ficaram circunscritos àquele contexto. Havia uma crítica difusa à classe política, particularmente aos ocupantes de cargos nas prefeituras e governos do Estado. No entanto, um ano depois das manifestações, nenhuma das lideranças migrou para a política e a abstenção não aumentou.

FÓRUM: É um reflexo da Operação Lava-Jato?

NICOLAU: Sim, a Operação Lava-Jato foi muito mais importante para a destruição do sistema partidário anterior do que as manifestações de 2013. A crise de confiança da sociedade em relação à política, que criou esse forte sentimento antipolítica, tem a ver com a Lava-Jato e a prisão de lideranças importantes. Esses acontecimentos foram minando a confiança nos eleitores dos partidos tradicionais e nos políticos mais conhecidos. Não é pouco um país ter um ex-presidente da República, um ex-presidente da Câmara dos Deputados e um ex-governador do segundo maior Estado do Brasil presos simultaneamente. É sintomático desta crise de três anos que afetou muito a percepção da sociedade em relação à política.

FÓRUM: A democracia brasileira corre algum risco?

NICOLAU: Democracia é um arranjo tênue, uma forma de governar em sociedade que tem um paradoxo: você deixa espaço para alguém que quer acabar com você. A democracia tem essa possibilidade. (O líder nazista Adolf) Hitler (1889-1945) chegou ao governo (da Alemanha) por eleições, assim como muitos ditadores. Estamos vendo exemplos de autocracias contemporâneas que se consolidaram, casos da Venezuela, da Turquia, da Hungria e da Polônia. Líderes que chegam pelo voto e culminam as destituições democráticas. É um problema inerente à democracia, um sistema que deixa inclusive disputar o poder forças que querem acabar com ela. As democracias sempre vão viver este dilema, mesmo as democracias tradicionais. Na Alemanha e na Suécia há democracias muito estáveis, países que resolveram seus problemas sociais mais graves, conquistaram um nível de bem-estar consolidado e são liderados pelo extrema-direita também. Acredito que o Brasil é muito complexo do ponto de vista da sua demografia e sociologia, tem uma classe média gigantesca, uma sociedade civil muito mobilizada, jornais com grande influência, redes, associações e uma oposição forte. As Forças Armadas se profissionalizaram e se recusam a participar mais ativamente da política. Esses são pontos positivos. Ainda temos hoje uma rede de instituições de controle no Brasil, o Judiciário se fortaleceu, assim como o Ministério Público e agências de todo o tipo, que mostram que o país tem uma rede muito sólida. Por outro lado, o que mais assusta as pessoas é que a biografia, o comportamento e as palavras do Bolsonaro não são de completo compromisso com a ordem democrática.

> “Democracia é um arranjo tênue, uma forma de governar em sociedade.”

FÓRUM: Que análise faz do presidente eleito e do próximo governo?

NICOLAU: Bolsonaro tem uma visão ambígua em relação a temas como liberdade de expressão e visões diferentes da política. Ele falou várias vezes sobre como tratará a oposição e a imprensa. Preocupa o pouco compromisso com as instituições que ele mostra ter. Agora, isso não é condição suficiente para haver um golpe, uma quebra da ordem democrática. Estamos diante de um segmento da opinião pública da extrema direita que está muito ativo nas redes sociais, algo que não existia. Acredito que devemos viver um período de muita turbulência e instabilidade. Vamos imaginar que o Congresso rejeite um projeto e que ele vá a público dizer que o Congresso representa o atraso, a velha ordem, e que a população tem que ir

Para Nicolau, violência em 2014 foi 'piquinique' quando comparada à eleição deste ano

para a rua. Cenários como este podem gerar crises constantes. Ele não vai dar um autogolpe, não é o cenário esperado. O esperado é um governo de crises desse tipo, que pode minar a confiança das pessoas na democracia. Minha preocupação para 2019 é de um período de muita instabilidade, esgarçamento das relações sociais e conflitos entre grupos.

FÓRUM: Houve muita violência pelo país durante a campanha eleitoral. Há risco de uma conflagração social?
NICOLAU: Estamos em um ambiente de grande escalada da violência. O presidente precisa dar sinais claros que vai investigar e punir para que não seja criado um ambiente de intolerância e agressão recíproca. Se o presidente fica em silêncio ou manda mensagens ambíguas, começamos a ter grupos paramilitares operando no país. E provavelmente também com reações do outro lado, dividindo ainda mais grupos de extrema-direita, extrema-esquerda, anarquistas e ultraesquerdistas. Desta forma, poderiam acontecer atentados. O Brasil já teve uma experiência de terrorismo de esquerda nos anos 60 e 70. Não estou dizendo que isso vai voltar, espero que não. O problema é que a violência de um extremo gera reação do outro. O conflito no Brasil sempre foi parlamentar e das redes sociais. Em comparação a outros países conflagrados, como Venezuela, Argentina e Turquia, estamos muito distantes. Não temos tido a prática da violência política, sempre tivemos uma certa civilidade. Atitudes hostis, agressões e esfaqueamento preocupam. Não são ações organizadas, são espontâneas, descoordenadas, mas algo deve ser feito. Os camisas pretas na Itália fascista e o grupo SS na Alemanha surgiram assim, como grupos da sociedade que queriam fazer justiça com as próprias mãos. O presidente precisa criar uma força-tarefa e coibir com palavras e ações de ministérios e da Polícia Federal para investigar e punir os responsáveis.

FÓRUM: Neste ponto, foi uma eleição muito diferente em relação a de 2014?
NICOLAU: A disputa entre Dilma e Aécio é um piquenique diante do que vimos na campanha deste ano. A virulência de parte a parte no 2º turno, sobretudo na campanha da Dilma, e a crise que seguiu em 2015 dava a impressão que estávamos em um ambiente muito grave. Mas o conflito em 2018 mudou de patamar, ficou ainda mais virulento. Depois da redemocratização, é uma novidade a existência desses grupos paramilitares, que perpetram ações violentas em todo o país.

FÓRUM: Por que aconteceu essa guinada tão forte à direita? O perfil do eleitorado brasileiro mudou? Ficou mais conservador?
NICOLAU: Já tínhamos percebido isso na bancada de 2014, uma inflexão mais conservadora no país com a eleição do Bolsonaro, Celso Russomano, Marco Feliciano e outros candidatos. A bancada

FOTO: EDUARDO ALMEIDA

conservadora cresceu muito naquela eleição. Mesmo com a vitória da Dilma, a Câmara foi comandada pelo Eduardo Cunha, que inventou o centrão. Tivemos um movimento de reforço da direita parlamentar mais ativa. Há uma clara mudança na opinião pública de alguns anos, existe uma enorme direita no país com intelectuais, artistas, escritores, blogueiros, jornais e movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre). No Brasil, quem não era de esquerda, não era nada, só se definia contra a esquerda. Não tem nem três eleições que vi, pela primeira vez, um candidato se autodeclarar de direita. Hoje, muitos se definem assim. Neste ponto, há uma grande contribuição do conservadorismo evangélico, grupos mais conservadores da Igreja Católica, alguns militares, intelectuais, uma classe média desgostosa da experiência do PT e uma elite política tradicional. A direita cresceu, mas não esperava que passasse dos 20 pontos na eleição. Foi uma surpresa também ver o PSL com a maior votação para a Câmara, refletindo o bolsonarismo.

FÓRUM: Aparentemente houve menos dinheiro nas campanhas desta eleição. O marketing eleitoral perde força e é de alguma maneira substituído pelas redes sociais e WhatsApp. Esse foi um dos grandes fatores para a definição do pleito?

NICOLAU: O Bolsonaro soube lidar muito bem, com sabedoria, com os instrumentos das redes sociais, particularmente o WhatsApp. Ele fez isso com muita eficiência. Há uma mudança tecnológica que se associou a uma transformação da opinião pública no Brasil. Por outro lado, a esquerda usou as velhas formas de fazer política, a rua, o comício e a tentativa de persuasão pelas redes mais convencionais. A esquerda não soube lidar tão bem com essa mudança, que já tínhamos visto na eleição municipal de 2016 no Rio e na greve dos caminhoneiros, uma forma mais horizontalizada e descentralizada de difusão da informação. O Bolsonaro capturou com muita eficiência o novo momento do país.

FÓRUM: Qual foi o papel do antipetismo na eleição?

NICOLAU: O antipetismo, sem dúvida, foi cultivado como tema central. Assim que o Haddad começou a subir nas pesquisas, a rejeição a ele também subiu. No início, claramente havia uma leve rejeição ao PT de alguns segmentos da direita. Mas foi a campanha do Bolsonaro que aprofundou o antipetismo. Não existia um antipetismo tão enfático de acordo com as pesquisas de opinião. Isso foi cultivado com muita eficiência ao longo da campanha do Bolsonaro. Se antes, em uma escala de zero a dez, o antipetismo estava em três, depois disso chegou a nove. Esse crescimento se deve a campanha do Bolsonaro. Por outro lado, no 2º turno, foi a vez de o PT bater e cultivar o antibolsonarismo. O PT pode não ter diminuído o antipetismo, mas fez surgir o sentimento do antibolsonarismo radical.

FÓRUM: Houve mudanças importantes nas composições do Senado e da Câmara dos Deputados. O que o Brasil pode esperar do novo Parlamento?

NICOLAU: É difícil saber o que esperar. O Parlamento terá um componente diferente, quase um quinto dos eleitos nunca havia concorrido a nada. É uma novidade. Muitos precisarão de meses para conhecer a atividade parlamentar. O Parlamento perdeu muitos líderes importantes. Quando um Miro Teixeira e um Chico Alencar saem, é uma perda, independentemente da posição política, porque são políticos que construíram uma vida conhecendo os procedimentos decisórios, o ritual da Casa e o regimento interno. Às vezes, a ideia da renovação é levada ao extremo, mas renovação por si só não quer dizer nada. Queremos renovar, mas precisamos escolher boas pessoas para colocar no lugar de quem não presta. Talvez tenhamos perdido políticos tradicionais que operaram bem como legisladores e trocado por pessoas que nunca fizeram política e são desconhecidas do grande público. Precisamos esperar, a fragmentação partidária é gigantesca e teremos um presidente ocupando um polo muito extremado em relação ao Congresso. O Parlamento é, na maioria, de direita, não de extrema-direita. A bancada não é PSL, continuam os deputados do DEM, do Podemos, do PTB e do PSDB, políticos comuns e que podem achar a agenda do Bolsonaro muito extrema.

FÓRUM: Que papel o Judiciário brasileiro representará nos próximos quatro anos, levando-se em conta que o governo deverá ter oposição acirrada?

NICOLAU: O Judiciário deverá ser uma força de contenção a eventuais exageros da Presidência e do Congresso. ■

> “O Judiciário deverá ser uma força de contenção a eventuais exageros da Presidência e do Congresso.”

CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

CULTURA

O choro ‘levanta e faz’

Imagem capta, em estúdio, o gênio Jacob e seu instrumento

CULTURA p.32
Casa do Choro, a universidade informal da música brasileira

TURISMO p.34
Algumas razões para visitar os países escandinavos

ESPORTE p.36
Rio sedia em dezembro o Campeonato de Futebol dos magistrados

ESTANTE p.38
Saiba quais as novidades da literatura jurídica

FOTO: CASA DO CHORO/ACERVO

CHORO, a nobre música do Brasil

Gênero fundiu a percussão originária da África e a música oitocentista dos salões da Europa

por **SERGIO TORRES**

O choro é um gênero da música brasileira, basicamente instrumental, que, a partir de meados do século 19, mesclou ritmos da moda europeia a elementos percussivos de origem africana. Deste mix nasceu um som novo, rico em improviso, inovação melódica e talento de músicos e compositores.

A fim de preservar e difundir o gênero surgiu no Rio, em 1999, o Instituto Casa do Choro. Criado por músicos, funciona no secular casarão no número 38 da Rua da Carioca (Centro). Espaço único na cidade, nele se alternam oficinas, depoimentos, aulas, mostras, palestras, festivais e shows no Auditório Radamés Gnatalli, de acústica irretocável.

A Casa do Choro reúne 18 mil partituras, 2.000 discos, vasto acervo fotográfico e iconográfico, catalogado e digitalizado. Guarda peças do Instituto Jacob do Bandolim, músico genial que, vivo fosse, teria 100 anos neste 2018. Abriga, entre as coleções, a doada pelo poeta e escritor Hermínio Bello de Carvalho.

Em 2000, a Casa do Choro criou a Escola Portátil de Música, que já atendeu a 15 mil alunos no Brasil. A EPM já atuou em áreas pobres no Rio. O projeto poderá voltar em 2019.

"Os projetos de formação são os mais importantes. Os resultados são maravilhosos! Fizemos o primeiro em 2003/2004, em Ramos. Depois, Rocinha, Itaguaí, Santa Cruz, Alemão, Manguinhos, Penha e Cantagalo. Com a descontinuação [por falta de verba], nosso Núcleo Fixo na Urca absorveu alguns 'órfãos' dos projetos. Damos bolsa de estudo, mas o ideal seria retomar os projetos nos locais de moradia. Transporte e alimentação são os maiores complicadores, pois não temos recursos", disse a compositora Luciana Rabello, cavaquinista e presidente da Casa do Choro.

O choro já é interpretado mundo afora. Desde 2012, a EPM tem filial na Holanda, no Conservatório de Roterdã. Um dos projetos da Casa é montar em 2019 um festival internacional que traga ao Rio músicos como o australiano Doug de Vries, violonista de sete cordas, e a flautista japonesa Naomi Kumamoto.

Única gravadora brasileira dedicada exclusivamente ao choro, a Acari Records é uma iniciativa da Casa. Por seu estúdio já passaram craques como Maurício Carrilho, Pedro Amorim e Cristóvão Bastos, músicos que, além de novas composições, dedicam-se a perpetuar o gênero que rendeu à cultura brasileira valores como Jacob, Pixinguinha, Radamés e Altamiro Carrilho.

CLÁSSICOS DE JACOB

1. Noites Cariocas
2. Doce de Coco
3. Treme-Treme
4. Assanhado
5. A Ginga do Mané

Espaço na Casa do Choro, que cultua e difunde a obra dos compositores dedicados ao gênero

1

2

3

4

1. Placa da rua vizinha à sede do Fórum Central; **2.** Craque no cavaquinho, Luciana Rabello preside a Casa; **3.** Pixinguinha e Jacob; **4.** Sede da Casa do Choro, no Centro carioca.

Luciana fala da vocação arquivista da Casa do Choro, evidenciada na recuperação de partituras de quase 200 anos, na gravação de choros antigos e na montagem de acervos. "Todo mundo que se dedica ao choro acaba sendo pesquisador. Como foi Jacob do Bandolim", afirma.

Ela conta que a EPM ocupou um espaço não preenchido pelo ensino superior de música. Antes, o jovem tinha aqui a opção de cursar uma universidade com foco na música clássica ou viajar para Berklee, reduto musical universitário nos Estados Unidos.

"São opções maravilhosas, a música erudita e o jazz. Mas não era com isso que sonhavam os músicos da nossa geração. Queríamos um ensino voltado à música popular. Criamos a Escola Portátil. O compromisso que temos é não deixar o choro morrer. Não somos do time que senta e chora. Somos do que levanta e faz", avisa.

JACOB, O GÊNIO DO BANDOLIM

Jacob do Bandolim partiu cedo, vítima de um infarto em 1969, aos 51 anos. Em 14 de fevereiro, comemorou-se o centenário de seu nascimento. Jacob Pick Bittencourt e Alfredo da Rocha Vianna Filho, o Pixinguinha (1897-1973), são os mais importantes chorões de todos os tempos.

PRINCIPAIS DISCOS DE JACOB

NA RODA DO CHORO *(1960)*
PRIMAS E BORDÕES *(1962)*
RETRATOS – *Jacob e seu bandolim com Radamés Gnatalli e orquestra (1964)*
VIBRAÇÕES *(1966)*
ELIZETH CARDOSO – ZIMBO TRIO – JACOB DO BANDOLIM *(1968)*

Carioca, referência na música brasileira pelo talento e dedicação ao instrumento que lhe valeu o apelido, Jacob tinha uma segunda profissão: servidor do Tribunal de Justiça do Rio, aprovado em concurso público. Casado, dois filhos pequenos, ele concorreu à vaga no Tribunal a conselho do compositor Donga (Ernesto dos Santos, 1889-1974). O bandolinista, atuante no rádio e em gravações, passou a ter vida dupla. Era serventuário e músico.

O primeiro disco solo data de 1947. Obcecado pelo choro, ao longo de quatro décadas reuniu acervo precioso de documentos, partituras, gravações, discos, fotografias, livros e reportagens.

Amigos músicos e admiradores criaram o Instituto Jacob do Bandolim, a fim de eternizar a obra do mestre, autor dos clássicos "Doce de Coco" e "Noites Cariocas". A Casa do Choro também guarda fotos e objetos pessoais do compositor.

Jacob do Bandolim batiza a rua ao lado do prédio da Escola da Magistratura do Estado do Rio e do Museu da Justiça, onde fica a sede da AMAERJ. Curta, ela liga a Rua Dom Manuel à Praça 15. ■

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO E REPRODUÇÃO

Vista aérea de Estocolmo, a capital da Suécia

TURISMO DA PAZ E DO FRIO NA ESCANDINÁVIA

QUALIDADE DE VIDA E BELEZAS NATURAIS ATRAEM O TURISTA PARA A REGIÃO NÓRDICA

por **SERGIO TORRES**

Muito frio, neve, aurora boreal, fiordes, bacalhau, Polo Norte e qualidade de vida são características que ajudam a esboçar o perfil da Escandinávia, a região mais ao norte da Europa. Aos poucos, os atrativos turísticos dos países escandinavos atraem viajantes ainda presos ao circuito nobre do continente (França, Itália, Inglaterra e Espanha). Quem sabe, em pouco tempo, a palavra turismo possa constar da primeira linha deste texto?

A Escandinávia é formalmente integrada por Dinamarca, Noruega e Suécia, pelas similaridades geográficas e históricas. É comum incluir Finlândia, Islândia e até as Ilhas Faroé na lista dos países da região, para agrupar as nações nórdicas na mesma nomenclatura.

Apesar do rótulo Escandinávia, cada país têm suas particularidades e agendas turísticas. São tantas coisas para ver que o visitante pode, com tempo e dinheiro, conhecer a região em até mais de uma viagem.

A Dinamarca costuma ser o portão da Escandinávia, pela proximidade com os países europeus. O acesso pelo sistema ferroviário que a liga à Alemanha é incrível. De Berlim, a capital alemã, parte um trem que em pouco mais de seis horas chega a Copenhague. Para os brasileiros, desacostumados ao transporte férreo, a rota parece até história de ficção.

Entre os territórios alemão e dinamarquês, o trem entra no porão de um navio - o acoplamento é suave, imperceptível. O encaixe nos trilhos da embarcação é perfeito, como se não houvesse diferença no piso. Por questão de segurança, os passageiros são orientados a subir aos pavimentos. Aí começa o melhor da viagem

Do terraço do navio avista-se a vastidão do Atlântico Norte, com as águas geralmente acinzentadas, o céu em tons de azul e branco, as praias distantes, as aves em rasantes. Mesmo no verão, recomenda-se levar um agasalho ao convés. O vento é forte durante a travessia.

No navio, há um free shop com produtos a preços bem mais baratos do que no comércio da Europa. Há bares e restaurantes envidraçados, em que se aprecia a paisagem em ambiente calefatado, enquanto

degustam-se iguarias dos países nórdicos, como o smorrebrod, sanduíche aberto de pão preto com ingredientes variados (rosbife, salmão, bacalhau, verduras).

No verão, a aconchegante Copenhague atrai turistas pela temperatura mais amena do que na Europa mediterrânea. No bairro Nyhavn, o casario colorido à beira-mar é o cartão-postal da capital da Dinamarca. Dentre as atrações estão passeios em barcos turísticos, visitas a palácios e museus e até um bate e volta à Suécia, do outro lado do canal de Oresund, no Mar do Norte. O complexo rodoferroviária de 16 km liga Copenhague à cidade sueca de Malmo e é composto de uma ponte, um túnel e até uma ilha artificial.

Estocolmo, a capital do Suécia, fica mais ao norte. É acessível por trem, estradas e navios. Nela, andar por esplanadas litorâneas é um exercício de contemplação. O passeio mostra bem o que o ser humano consegue fazer para transformar a natureza inóspita em um centro urbano organizado, belo e receptivo a moradores e visitantes.

O conjunto de ilhas que originou a capital sueca pode ser percorrido a pé - há pontes por todos os lados. Barcos de passageiros rodam pelos canais, interligando os bairros longínquos.Imperdível o Museu do Vasa, que conta a história dos vikings, guerreiro povo nórdico que dominava os mares escandinavos há mais de mil anos.

Destaque da Escandinávia em termos de belezas naturais, a Noruega é o país mais caro. A bebida alcoólica tem preços elevados em relação ao resto da Europa. Hospedagens, passeios, transportes e refeições oneram o viajante. O turismo norueguês é dirigido àqueles com capital para, de cruzeiro, a partir da capital Oslo, conhecer os fiordes cercados por penhascos gelados ou contratar tours rumo ao Círculo Polar, na tentativa de ver a rara aurora boreal.

A Finlândia é uma espécie de "sócia" pobre da Escandinávia. Não pela pobreza, que inexiste, mas pelo menor número de atrações turísticas. O rótulo é injusto com o lindo interior finlandês e a capital Helsinque, de beleza clássica à beira-mar, catedrais, palácios e avenidas cortadas por bondes elétricos. ■

Tallinn, a Idade Média hoje

Tallinn, a capital da Estônia, é segredo para poucos. A Unesco a considera dona do mais preservado centro histórico medieval do mundo. Não é pouca coisa, já que há as cidadelas italianas, redutos de mais de 500 anos na França, vilas na Espanha. A despeito dos séculos, Tallinn sempre parece que foi construída na semana passada.

A Estônia é uma ex-república soviética que, informalmente, pleiteia a inclusão na lista de países da Escandinávia. A pretensão é compreensível. Tallinn está a duas horas de Helsinque, a capital da Finlândia. A travessia do Mar Báltico é feita em ferries diários.

Além das atrações históricas, a capital estoniana propicia ao turista a chance de comprar bebidas a preços bem mais em conta do que os cobrados na Escandinávia. Tallinn é uma zona franca. Perto do porto, onde atracam as embarcações vindas da Finlândia e da Suécia, funcionam galpões que ocupam até mais de um quarteirão, repletos de garrafas de uísque, vodka, cerveja e até a nossa cachaça.

O conselho ao turista que chega a Tallinn pelo mar é caminhar até o centro histórico, circular por ladeiras e ruelas, entrar em igrejas, apreciar os sobrados, torres e muralhas. Na Praça Rakeoja, há, junto à prefeitura, um lugar escondido e raro. Uma portinha numa edificação secular esconde um ambiente escuro, onde mulheres de touca branca mexem panelas e enchem canecões.

É um restaurante rústico que serve sopa, perna de porco assada, pepinos em conserva e linguiças no espeto. Para beber, espessa cerveja artesanal. Não há talheres. A perna suína é devorada na mão, à moda da Idade Média. A sopa é sorvida diretamente na cumbuca. O restaurante chama-se III Draakon. É muito diferente do que, certamente, você está acostumado.

Rua em Tallinn, a joia medieval da Estônia

FOTOS: SERGIO TORRES E DIVULGAÇÃO

RIO, A CAPITAL DO FUTEBOL

MAIS DE 250 MAGISTRADOS DISPUTARÃO O 26º CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL NA CATEGORIA LIVRE DA AMB

por **EVELYN SOARES**

Entre as quatro linhas, os magistrados trocam as togas e sapatos sociais por uniformes e chuteiras sem travas. É no gramado que juízes e desembargadores se transformam em atletas do futebol society. De 5 a 8 de dezembro, ao menos 250 magistrados de associações de todas as regiões do Brasil disputarão, no Rio de Janeiro, o 26º Campeonato Nacional de Futebol da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), na categoria Livre.

A equipe do Rio foi campeã pela nona vez na última edição, em Foz do Iguaçu (PR). Além de trazer a taça para casa, o time fluminense se destacou por ter o melhor jogador, Flávio de Almeida Souza Batista; o artilheiro, Eron Simas dos Santos (quatro gols); e o goleiro menos vazado, Diego Fernandes Silva Santos.

Ela defenderá o título contra 18 seleções estaduais – cada uma composta por 15 a 20 juízes e desembargadores. Será a segunda vez que o campeonato acontecerá no Rio. As partidas serão disputadas no Cefan (Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, da Marinha), na Penha, Zona Norte do Rio.

Antes da competição, haverá, no dia 5, o Congresso Técnico, simultâneo ao Coquetel de Abertura, no Hotel Rio Othon Palace. Os jogos serão realizados entre os dias 6 e 8. Na fase de mata-mata, haverá cinco grupos: três terão quatro equipes e dois grupos estarão com três times. Passarão às quartas de final os primeiros de cada grupo mais os três melhores colocados abaixo dos vencedores. A semifinal e a final serão jogadas no dia 8. À noite, haverá a festa de encerramento.

Guilherme de Andrade, diretor de Desportos da AMAERJ, disse que o Campeonato Nacional de Futebol vem sendo organizado desde junho deste ano. Para ele, participar dos jogos promovidos pela AMB é mais um incentivo para que juízes e magistrados pratiquem exercícios físicos. "O esporte é essencial à saúde. Ainda mais em nossa carreira, em que, diariamente, temos altos níveis de estresse", comentou.

Andrade enxerga, mais motivos de celebração. "O Campeonato Nacional é um grandioso evento esportivo, no qual os atletas magistrados buscam a vitória em nome de suas associações estaduais. Mas, antes disso, é um evento de confraternização e congregação, importante para o fortalecimento da carreira. Ali, podemos conversar sobre a magistratura em âmbitos nacional e local. Será uma honra para a AMAERJ receber colegas de tantos Estados." ■

> "O CAMPEONATO NACIONAL É UM EVENTO DE CONFRATERNIZAÇÃO E CONGREGAÇÃO",
>
> **GUILHERME DE ANDRADE,** diretor de Desportos da AMAERJ

1

2

1. Time do Rio de Janeiro venceu a última edição; **2.** Troféus recebidos pela equipe fluminense na competição de 2017

CINCO REGIÕES DO BRASIL EM CAMPO

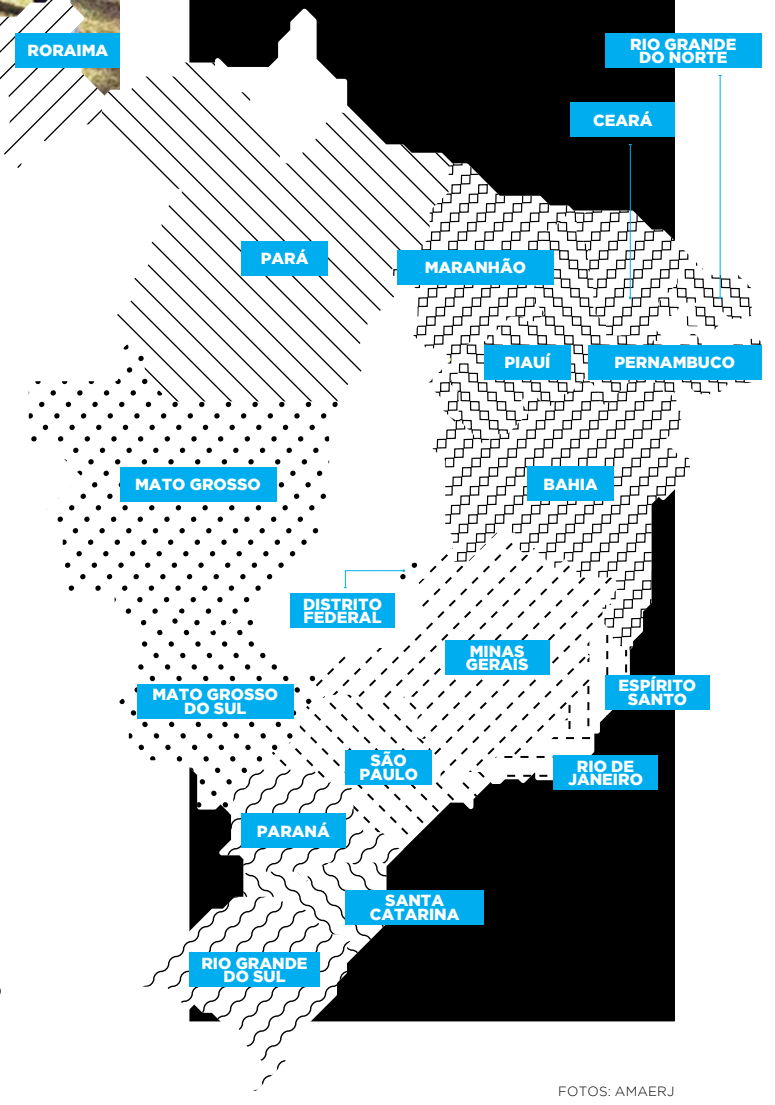
SUDESTE Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo

SUL Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

NORDESTE Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte

NORTE Pará e Roraima

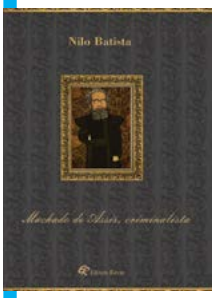
CENTRO-OESTE Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul



FOTOS: AMAERJ

O QUE NÃO PODE FALTAR EM SUA BIBLIOTECA

CINCO NOVAS OBRAS QUE ABORDAM TEMAS RELACIONADOS AO DIREITO



MACHADO DE ASSIS CRIMINALISTA

A obra escrita pelo advogado e ex-governador **Nilo Batista** é resultado do projeto de pesquisa "Machado de Assis e a Questão Criminal", desenvolvido pelo autor em 2014 no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O livro detalha o emprego de conceitos jurídicos nos livros do célebre escritor, especialmente no campo do Direito Penal. **Editora:** Revan

A ANTIGUIDADE TARDIA IBÉRICA

O juiz **João Marcos Fantinato** escreveu o livro após concluir o mestrado em História do Direito na Universidade de Lisboa (Portugal). A história foca nos acontecimentos políticos, jurídicos e religiosos da Península Ibérica no fim do Império Romano e início da Idade Média (476 d.C.). O autor apresenta o Direito Romano, que se perpetuou por sete séculos na Europa. **Editora:** Lumen Juris

FERRAMENTAS PARA O CONTROLE DAS RAZÕES DE DECIDIR:

Os mecanismos de padronização decisória e a vinculação ao dever de fundamentação

Baseado em pesquisa realizada no Programa de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), o livro do juiz **Daniel Vianna Vargas** aborda a evolução da teoria da decisão judicial, identificando a presença do caráter subjetivo no ato de julgar e os riscos decorrentes. **Editora:** CRV

CONTROLE JURISDICIONAL DA CONVENCIONALIDADE PROBATÓRIA PENAL

O livro do juiz **Rafael Estrela**, do TJ-RJ, apresenta o tema das convenções probatórias, inédito no ordenamento jurídico. O autor utiliza o histórico dos sistemas processuais e propõe a analise da transposição da convenção probatória no âmbito do Direito Penal. Ele ressalta que o tema deve ser abordado com o entendimento de que a decisão justa é um processo cercado de garantias fundamentais e da liberdade que o sistema processual confere ao juiz na busca da verdade. **Editora:** CRV

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA:

Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições

Organizado pelo presidente do STF, **Dias Toffoli**, o livro reúne textos de 52 autores sobre temas da atualidade brasileira. A obra fala da elaboração da Constituição de 1988, seu impacto nas instituições e o pacto social que estabeleceu. Entre os autores estão o presidente Michel Temer e os ministros do STF Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Luis Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Rosa Weber, Edson Fachin, Celso de Mello, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski. **Editora:** Editora Forense

FOTOS: DIVULGAÇÃO